

**Psicose de prazos**

A Holanda levou onze anos para discutir, na sua nova Constituição, o capítulo das Forças Armadas, e não é um país com uma cultura qualquer. Aqui no Brasil, os constituintes se dispuseram a elaborar uma Carta para um país complexo, e com um texto capaz de assegurar durabilidade de cem anos. Não conseguiram, pela psicose dos prazos. A avaliação que hoje se faz dos erros da Constituinte começa pela constatação de que está amarrada, desde seu começo, a uma pressurosa necessidade de legitimar a situação transitiva da democracia, diante da fragilidade do governo da transição, mas sem dispor dos instrumentos operacionais, de uma base de negociações já amadurecida, e principalmente de um roteiro prévio para não recair em tantas contradições, como caiu.

O adiamento da votação da emenda do "Centrão", de ontem para a próxima quarta-feira, é mais um dado nessa cadeia de contradições. O governo Sarney sente-se agora livre para introduzir mudanças no corpo do Estado, mas perigosamente se distancia ainda mais de sua responsabilidade de administrar uma base política capaz de salvar o projeto constituinte de um impasse inaceitável para o povo brasileiro chamado às urnas para eleger a assembléia nacional.

Os erros são cumulativos, e todos reveladores de uma pecaminosa omissão política do Governo. Não cuidou, por exemplo, nas eleições para a Constituinte, de escolher, junto aos candidatos a governador, listas

de nomes que, pela sua qualidade e seriedade, viessem a ser eleitos e assim contribuir para o aperfeiçoamento da Carta Constitucional. Não incentivou a comissão dos notáveis presidida pelo jurista Afonso Arinos a apresentar um real anteprojeto, deixando a questão livre para o entrelaço de idéias estapafúrdias e contraditórias, que tornaram o projeto um amálgama de projeções rotas da realidade brasileira. Finalmente, o Presidente se esquivou de exercer um legítimo papel de coordenador político dos interesses de sua maioria e, quando percebeu o erro, era tarde para afirmar que um Presidente da República no regime presidencialista jamais poderia deixar de ser parte envolvida nos debates.

Foi por conta disso tudo que a psicose dos prazos se transformou em psicose de erros. Essa Carta que sairá das votações do plenário poderá vir a ser emendada tantas vezes quanto se levantarem os interessados grupos de pressão que se sentirem prejudicados pelo texto aprovado e promulgado. A nova Carta corre o risco de se constituir num instrumento de cisões e tensões sociais, em vez de assegurar a paz e o progresso. Nunca uma geração terá falhado tanto na perspectiva histórica, e não será perdoada.

O presidente em exercício da República evitou que fosse imposta pelo voto em plenário a separação das forças ideológicas, que se traduziria em ruptura e impasse político. Quer assegurar agora a negociação.

1967 NOV 27

1967 NOV 27